

Luís Manuel Serra e Seixas — escrivão de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça no Tribunal de Comarca da Amadora.

Manuel Martins Rodrigues — escrivão de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça no Tribunal de Família e de Menores de Setúbal.

Maria de Lurdes Rodrigues Rocha — escrivã de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça no Tribunal de Comarca de Alcácer do Sal.

Paulo Manuel Vieira Azevedo — escrivão de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça no Tribunal de Comarca de Ferreira do Alentejo.

Rui Manuel Correia Lopes — escrivão de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça no Tribunal do Trabalho de Castelo Branco.

Teófilo António Ferreira Alvorado — escrivão de direito, exercendo interinamente funções de secretário de justiça nas 13.ª e 14.ª Varas Cíveis de Lisboa.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2003. — O Subdirector-Geral, *J. Matos Mota*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 1215/2003 (2.ª série). — Anulam-se os concursos para provimento dos lugares de escriturário da Conservatória do Registo Predial da Mealhada (um lugar), 8.º Cartório Notarial de Lisboa (um lugar), 15.º Cartório Notarial de Lisboa (um lugar), Arquivo Central do Porto (um lugar) e 4.º Cartório Notarial do Funchal (um lugar), abertos pelo aviso n.º 13 644/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 299, de 27 de Dezembro de 2002, por inexistência de vagas.

15 de Janeiro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso n.º 1216/2003 (2.ª série). — Concurso interno de ingresso para provimento de 30 lugares na categoria de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, aberto pelo aviso n.º 14 168/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 2001. — 1 — Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que o projecto de lista de classificação final e a acta que define os respectivos critérios respeitantes ao concurso em epígrafe encontram-se afixados nas instalações da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, sitas na Avenida de 5 de Outubro, 202, e na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, em Lisboa.

2 — O projecto de lista de classificação final poderá ainda ser consultado através da Internet no *site* www.dgrn.mj.pt.

3 — De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 da supracitada disposição legal, ficam os interessados notificados de que dispõem de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso para, querendo, dizerem por escrito o que se lhes oferecer sobre o assunto, encontrando-se o processo do concurso disponível para consulta na Direcção de Serviços de Recursos Humanos, desta Direcção-Geral, na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, 4.º, em Lisboa, nas horas normais de expediente.

16 de Janeiro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Borges da Conceição Ramos*.

Despacho n.º 1756/2003 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 30 de Dezembro de 2002, foram sancionadas as promoções à categoria superior, com efeitos a partir das datas indicadas, dos seguintes escriturários:

Isabel Maria Dias Galvão, 1.ª Conservatória do Registo Predial de Cascais — 14 de Outubro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Isabel Maria Bivar Fernandes, 1.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras — 21 de Outubro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Manuel Rosa Dias, Cartório Notarial de Vila de Rei — 25 de Outubro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Ana Paula Sá Freitas, Conservatória do Registo Predial de Viana do Castelo — 31 de Outubro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Alzira Lopes Pereira, 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga — 14 de Novembro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Fausto José Macedo Almeida, Conservatória do Registo Predial de Alenquer — 14 de Novembro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Rosa Maria Alves Pedrosa, Conservatória do Registo Civil da Marinha Grande — 29 de Novembro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Maria Luísa Batalha Fernandes, Conservatória do Registo Predial de Mafra — 9 de Dezembro de 2002 (escalão 2, índice 200).

Maria Goretti Leão Alves, 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga — 13 de Dezembro de 2002 (escalão 2, índice 200).

15 de Janeiro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 185/2003. — Por ter havido lapso na publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 299, de 27 de Dezembro de 2002, aviso n.º 13 644/2002 (2.ª série), a p. 21 036, rectifica-se que onde se lê:

«Distrito de Setúbal

	Número de lugares
Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcácer do Sal	1
1.º Cartório Notarial de Almada	1
Conservatória do Registo Civil da Moita	1
Cartório Notarial de Palmela	1
Conservatória do Registo Civil de Setúbal	2
2.º Cartório Notarial de Setúbal	1
Cartório Notarial de Palmela	1
Cartório Notarial do Seixal	1
Conservatória do Registo Predial de Sesimbra	1»

deve ler-se:

«Distrito de Setúbal

	Número de lugares
Conservatória dos Registos Civil e Predial de Alcácer do Sal	1
1.º Cartório Notarial de Almada	1
Conservatória do Registo Civil da Moita	1
Conservatória do Registo Civil de Setúbal	2
2.º Cartório Notarial de Setúbal	1
Cartório Notarial de Palmela	1
Cartório Notarial do Seixal	1
Conservatória do Registo Predial de Sesimbra	1»

15 de Janeiro de 2003. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 1757/2003 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 2003 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária:

José António de Matos Carvalho, especialista auxiliar do quadro da Polícia Judiciária — autorizada a aplicação do regime de trabalho a meio tempo, com efeitos a contar de 1 de Fevereiro de 2003. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2003. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Ilda Maria Ribeiro Pação*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Deliberação (extracto) n.º 130/2003. — Por deliberação do conselho directivo de 13 de Janeiro de 2003:

Licenciadas Carla Cristina Paiva da Cruz e Cláudia Isabel Vieira da Silva — nomeadas definitivamente, após aprovação em estágio de ingresso, na categoria de especialista superior de 2.ª classe de medicina legal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Janeiro de 2003. — O Vice-Presidente, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1758/2003 (2.ª série). — A OniWay — Infocomunicações, S. A. (OniWay), solicitou a revogação, por razões supervenientes de interesse público, do acto administrativo de atribuição da licença n.º ICP-03/UMTS, para a exploração de sistemas de telecomunicações internacionais móveis (IMT2000/UMTS), praticado por despacho do Ministro do Equipamento Social de 19 de Dezembro de 2000.

Requeru ainda a OniWay que a referida revogação ocorra sem imposição de qualquer condição ou encargo e com a consequente

libertação da caução prestada no âmbito do concurso público, bem como a caducidade da licença emitida pelo ICP — Autoridade Nacional de Comunicações (ICP — ANACOM).

Assim, tendo em conta o parecer que sobre o pedido da OniWay e respectiva fundamentação me foi apresentado pelo ICP — ANACOM, no qual:

- a) Se reconhece a alteração de pressupostos subjacentes ao modelo escolhido para a atribuição de licenças IMT2000/UMTS;
- b) Se conclui pela inconveniência de qualquer medida tendente à permanência de um operador de mercado, em divergência com a vontade dos respectivos accionistas;
- c) Se conclui que o interesse público não é prejudicado com a decisão daquele operador de não lançamento da actividade;

ao agrigo dos artigos 140.º e 142.º do Código do Procedimento Administrativo, determino:

1 — Revogar o acto de atribuição de uma licença à OniWay para a exploração de sistemas de telecomunicações internacionais móveis (IMT2000/UMTS).

2 — Cometer ao ICP — ANACOM a prática dos actos necessários à execução do presente despacho.

13 de Janeiro de 2003. — O Ministro da Economia, *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Instituto Geológico e Mineiro

Aviso n.º 1217/2003 (2.ª série). — Por deliberação de 15 de Janeiro de 2003 do conselho directivo do Instituto Geológico e Mineiro:

Eliane de Fátima Albuquerque Marques, técnica superior de 2.ª classe estagiária da carreira técnica superior do quadro do Instituto Geológico e Mineiro — nomeada definitivamente técnica superior de 2.ª classe da mesma carreira e quadro.

16 de Janeiro de 2003. — O Director de Serviços de Gestão, *Rui Quaresma Marçal*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Despacho (extracto) n.º 1759/2003 (2.ª série). — Por despachos de 12 de Novembro e de 6 de Dezembro de 2002, respectivamente do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Eurico José Carneiro Dias de Matos, técnico profissional de 1.ª classe da carreira de desenhador do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — autorizada a requisição para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, pelo período de um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2003. — O Director de Serviços de Administração, *Joaquim Nunes Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1760/2003 (2.ª série). — Por despachos de 21 de Novembro e de 11 de Dezembro de 2002, respectivamente do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Susana Bordalo Pinheiro Gomes, assessora principal da carreira de engenheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — autorizada a requisição para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, pelo período de um ano, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2003. — O Director de Serviços de Administração, *Joaquim Nunes Fernandes*.

Despacho (extracto) n.º 1761/2003 (2.ª série). — Por despachos de 31 de Outubro de 2002 e 6 de Janeiro de 2003, respectivamente

do director regional do Ribatejo e Oeste e do presidente do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola:

António José dos Penedos Martins Baptista, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola — transferido, com igual categoria e carreira, para o quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, ao abrigo do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, conjugado com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Janeiro de 2003. — O Director de Serviços de Administração, *Joaquim Nunes Fernandes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Departamento da Educação Básica

Aviso n.º 1218/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publica-se a classificação profissional, que mereceu homologação por meu despacho de hoje, relativa à formanda de Educação Moral e Religiosa Católica a seguir indicada, a qual concluiu a profissionalização em serviço no ano lectivo de 1998-1999:

Instituto Superior de Estudos Teológicos

Sede de Coimbra

Educação Moral e Religiosa Católica:

Classificação
profissional
—
Valores

Maria da Graça Antunes Seabra Brito 11,1

10 de Janeiro de 2003. — Pelo Director, a Coordenadora do Núcleo de Organização Curricular e Formação, *Maria Luísa Cabeçadas Arsénio Nunes*.

Aviso n.º 1219/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, publica-se a classificação profissional, que mereceu homologação por meu despacho de hoje, relativa à formanda do ensino secundário a seguir indicada, a qual concluiu a profissionalização em serviço no biénio de 1997-1999:

Escola Superior de Educação de Lisboa

Ensino secundário

1.º grupo:

Classificação
profissional
—
Valores

Ana Lúcia Mateus Lourenço Vale 15

14 de Janeiro de 2003. — Pelo Director, a Coordenadora do Núcleo de Organização Curricular e Formação, *Maria Luísa Cabeçadas Arsénio Nunes*.

Direcção-Geral da Administração Educativa

Despacho n.º 1762/2003 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino particular e cooperativo a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2001-2002, o 2.º ano da profissionalização em serviço:

Escola Superior de Educação de Beja

3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário

Classificação
profissional
—
Valores

7.º — 19:

Patrícia Alexandra Alexandre Pereira 14,5